



A importância do curso de extensão universitária para a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Autora: Luciana Maria de Macêdo¹

¹Graduanda em Pedagogia - Universidade Estadual da Paraíba

Lucianam047@gmail.com

Orientadora: Prof. Dra. Valdecy Margarida da Silva²

²Professora da Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC)

valmargarida@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa que examinou as contribuições do Curso de Extensão Alfabetização e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, coordenado pela Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva e ofertado pela Pró-Reitoria de Extensão da UEPB, durante o período de outubro a dezembro de 2019, Campus I, Campina Grande, Paraíba. A análise teve como essência refletir a função social e pedagógica da formação proporcionada por cursos de formação continuada aos docentes da EJA. Observando também as análises de Haddad e DiPierro (1994); Freire (2002); Mattos (2001) e a Lei 9394/96. Pesquisa qualitativa e de campo que oportunizou aos sujeitos envolvidos expor sobre sua formação profissional continuada, alguns dados acadêmicos e a atuação na EJA do seu município. A averiguação mostrou que tais formações são consideradas importantes e contribuem para que os professores exerçam sua profissão com maior compreensão sobre os sujeitos da EJA e maior domínio no desenvolvimento de suas práticas. Vale ressaltar a função significativa da formação continuada desenvolvida pela universidade no curso de extensão universitária.

Palavras-chave: Formação continuada; EJA; curso de extensão universitária.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino descrita na Lei nº 9394/96 no artigo 37 como destinado àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. Mas, o processo de educar jovens e adultos teve início muito antes de sua promulgação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como por exemplo a educação popular, que usufruía de uma metodologia educacional focada nas conquistas dos direitos sociais e políticos, desejando que as pessoas se observem como sujeitos da história e assim possam compreender a sociedade em que vivem. Com isto, percebe-se que a educação popular foi precursora da



EJA, tanto que o grande estudioso da área da EJA, Paulo Freire, adotava os mesmos ideais. Na atualidade essas convicções são bem próximas da prática do letramento no processo de alfabetização, sendo o uso da língua escrita como uma prática sociocultural, podendo ser libertadora dependendo assim de como as pessoas usam.

aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (FREIRE, 1987, p. 8)

Um bom fato para comentar ocorreu no ano de 1950, quando houve o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, um evento que decorreu na tentativa de investigar ações para a melhoria da educação nesta área. No congresso, Freire se destacou por demonstrar grande interesse em uma pedagogia dialógica, aprofundando assim a inspiração de que as pessoas devem ter participação ágil e ciente na sociedade.

É necessário reconhecer que o caminho que se percorreu da educação popular até a EJA foi longo, cheia de impedimentos, mas também de vitórias. Houveram alguns movimentos, fóruns, congressos e campanhas para que o direito de alfabetizar jovens e adultos estivesse na lei como garantia e exercício da cidadania, e não como questão de voluntarismo, e é justamente sobre isto que Guidelli (1996) relata: A educação de jovens e adultos foi vista no decorrer de sua história como uma modalidade de ensino que não requer, de seus professores, estudo e nem especialização, como um campo eminentemente ligado à boa vontade.

Este panorama da Educação de Jovens e Adultos, além de distanciá-la de um estatuto próprio, que partilhe saberes e práticas conciliáveis com as especificidades do público a que se destina, limita também a disposição de se ofertar, aos educadores, uma formação apropriada. Se a “boa vontade” é suficiente, não há pretexto para possíveis investimentos de formar profissionais para esta modalidade de ensino.

Verificando esse quadro, os estudiosos Haddad e Di Pierro (1994) resumem as principais inquietudes com relação à formação docente no âmbito da EJA. De acordo com os estudiosos, os professores que trabalham na educação de Jovens e Adultos, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atividade. Em geral, são professores leigos ou recrutados no próprio corpo docente do ensino regular.



Posto isto é importante evidenciar que os professores são primordiais na EJA, e como forma de direito e reconhecimento docente tem-se além da LDB, o Parecer CEB 011/2000 (BRASIL, 2000a) e a Resolução 01/2000 (BRASIL, 2000b), que tratam das diretrizes curriculares nacionais pertinentes à EJA – que atribuem visibilidade à necessidade da formação inicial e continuada, em nível superior, dos educadores que atuam com EJA.

Para Freire (2002, p. 38), “a formação do educador deve ser permanente e sistematizada, porque a prática se faz e refaz”. Ou seja, para o próprio, a formação deve ser contínua, em virtude de que o mundo está em constante exercício de transformação e mudança. Atuar na EJA, ou até mesmo em outro âmbito, exige elaboração e formação.

A formação de educadores de jovens e adultos vem sendo assumida progressivamente pelas universidades, com programas decorrentes de convênios com entidades da sociedade civil; por ONGs e instituições privadas com tradição na área; e por algumas secretarias estaduais e municipais, que têm buscado criar estratégias de formação continuada de seus professores. Tais decisões, entretanto, ainda são incipientes, face a procura crescente na área. Alguns impasses, em especial, vêm sendo apontadas no processo de formação: o caráter voluntário, que leva a uma provisoriedade nas ações; a ausência de preocupação com a profissionalização dos educadores; a escassez de pesquisas e produção do conhecimento que subsidiem tanto a formação do educador quanto a sua prática docente; a falta de concursos públicos para a área, que evidencia o não reconhecimento da educação de jovens e adultos como habilitação profissional.

Por este motivo, a proposta da pesquisa foi analisar as contribuições do Curso de Extensão de Alfabetização e Letramento em Educação de Jovens e Adultos, coordenado pela Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva e ofertado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba, durante o período de outubro a dezembro de 2019, Campus I, Campina Grande na Paraíba.

METODOLOGIA

Na experiência de rever teorias, conceitos, e objetivando aprofundar fundamentos teóricos no campo da alfabetização e do letramento na formação de professores alfabetizadores da EJA, efetivou-se uma pesquisa qualitativa e de campo. A pesquisa de



campo, de base etnográfica, foi realizada nos Encontros de Extensão, no intuito de acompanhar o processo do curso.

A etnografia estuda os padrões mais previsíveis do pensamento e comportamento humanos, manifestos em sua rotina diária; estuda ainda os fatos e ou eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre as pessoas ou grupos. Em etnografia, holisticamente, observamos os modos como esses grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas, com o objetivo de "revelar" o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação. Por conseguinte, etnografia é a escrita do visível. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo. Para Mattos (2001):

A investigadora ou investigador, utilizando uma teoria crítica de análise aliada à abordagem etnográfica, procura identificar o significado nas relações sociais de classe, etnia, linguagem, gênero, e a cena imediata onde estas relações se manifestam. (...) A microanálise etnográfica leva em consideração não somente a comunicação ou interação imediata da cena, como também a relação entre esta interação e o contexto social maior, a sociedade onde este contexto se insere. (p. 54).

No que se refere à pesquisa bibliográfica Gil (2008, p. 32) afirma:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

No desenvolvimento utilizou os seguintes instrumentos de coleta de dados: a) observação participante; b) aplicação de questionário e c) análise de formação continuada dos docentes. Quanto ao questionário, segundo VENTURI (2011, p.449):

A aplicação de questionários é a técnica mais amplamente utilizada para investigar o perfil de um determinado grupo (...). Tendo o objetivo definido, reflete-se e delimita-se o público-alvo a ele correspondente e inicia-se a elaboração do formulário de questões, sempre tendo em mente o que se pretende obter de informações.



A observação participante, principal instrumento de coleta, se deu a partir da observação dos encontros de formação que ocorriam durante o curso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No itinerário de fundamentação da pesquisa, houve uma investigação no propósito de conhecer as publicações na área de EJA. Nesse momento revistas, teses, dissertações, monografias, periódicos especializados, anais de encontros científicos e as pesquisas na internet foram imprescindíveis para examinar quem escreveu na área da EJA, o que já foi publicado, que aspectos já foram comentados e quais as lacunas existentes na literatura. Uma ampla bibliografia foi encontrada e na maioria dessas publicações a EJA é estudada na perspectiva dos Movimentos Sociais e Educação Popular. Nesses estudos, as obras de Paulo Freire são mencionadas com frequência e as políticas públicas na área da EJA, incluindo os diversos Programas de Alfabetização que fracassaram na tentativa de resolver os crônicos problemas da alfabetização, são resgatados. Outros debates são gerados no intuito de ampliar a discussão em torno da afirmação do direito à educação básica para os jovens e adultos, em contraste às iniciativas assistencialistas e emergenciais de alfabetização na linha das campanhas que continuamente assaltam a área.

Aprecia-se, principalmente, neste trabalho, a contribuição do Curso de Extensão Alfabetização e Letramento em EJA oferecido pela Pró-Reitoria de Extensão da UEPB e coordenado pela Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva. Perante o curso, os encontros foram divididos em temas, dentro dos temas decorriam leituras, fichamentos e debates. Também aconteceram mesas-redondas nos auditórios da UEPB.

O questionário utilizado na coleta de dados obteve a amostra de 7 (sete) professores (EJA) cursistas da extensão universitária da UEPB, que estão identificados como “Professor(a) cursista A”, “Professor(a) cursista B”, “Professor(a) cursista C”, “Professor(a) cursista D”, “Professor(a) cursista E”, “Professor(a) cursista F” e “Professor(a) cursista G”.

Quanto a formação acadêmica:

Professor (a) cursista A: Pedagogia;

Professor (a) cursista B: Magistério com especialidade em psicopedagogia;



Professor (a) cursista C: Pedagogia;

Professor (a) cursista D: Pedagogia;

Professor (a) cursista E: Magistério;

Professor (a) cursista F: Especialista em psicopedagogia;

Professor (a) cursista G: Pedagogia.

Quanto ao tempo de atuação no magistério:

Professor (a) cursista A: 29 anos;

Professor (a) cursista B: 20 anos;

Professor (a) cursista C: 21 anos;

Professor (a) cursista D: (Não respondido);

Professor (a) cursista E: 21 anos;

Professor (a) cursista F: 7 anos;

Professor (a) cursista G: 21 anos.

Perceptível que o grupo entrevistado atende a solicitação do próprio art. 61 da LDB, evidenciando: *A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando (...)*

Quanto ao tempo de atuação na EJA:

Professor (a) cursista A: 8 anos;

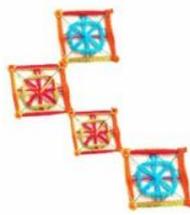
Professor (a) cursista B: 6 meses;

Professor (a) cursista C: 6 meses;

Professor (a) cursista D: 8 anos;

Professor (a) cursista E: 6 meses;

Professor (a) cursista F: 7 anos;



Professor (a) cursista G: 6 meses.

Quanto ao vínculo empregatício com a EJA:

Professor (a) cursista A: Efetivo;

Professor (a) cursista B: Contratado;

Professor (a) cursista C: Contratado;

Professor (a) cursista D: Contratado;

Professor (a) cursista E: Contratado;

Professor (a) cursista F: Contratado;

Professor (a) cursista G: Contratado.

A citação de Soares (2011), abraça a civilidade da contratação via concurso público.

[...] entre os desafios a serem enfrentados na formulação de políticas públicas encontra-se a profissionalização dos educadores. A falta de concurso público direcionado à EJA contribui para que o campo reproduza o amadorismo e o imprevisto no enfrentamento de suas questões (p. 315).

Desta forma, fica claro a precisão de se rever a política de seleção dos docentes.

Quanto a zona de atuação na EJA:

Professor (a) cursista A: Urbana;

Professor (a) cursista B: Rural;

Professor (a) cursista C: Rural;

Professor (a) cursista D: Rural;

Professor (a) cursista E: Rural;

Professor (a) cursista F: Rural;

Professor (a) cursista G: Rural.



Quanto ao uso de outros recursos além dos livros didáticos na EJA:

Professor (a) cursista A: Textos que circulam socialmente, jornais, receitas, poemas entre outros (literatura);

Professor (a) cursista B: Conhecimento prévio do aluno;

Professor (a) cursista C: O conhecimento prévio do aluno, as notícias atuais das redes jornalística; a história da cidade e da comunidade;

Professor (a) cursista D: Diversidade livros, revistas, jornais, cartazes, cordel...

Professor (a) cursista E: A vivência dos educando transformando-os em atividades na prática;

Professor (a) cursista F: Gêneros textuais, cartazes ábaco, material dourado, entre outros como jornais, revistas, panfletos;

Professor (a) cursista G: Diante de seus conhecimentos prévio, buscar algo a mais para trabalhar em prática.

O conhecimento prévio é a condição *sine qua non* para a aprendizagem ser significativa. Refere-se a uma matriz ideacional e organizacional para a incorporação, compreensão e apropriação de novos conhecimentos, desde que esses se relacionem a conhecimentos especificamente relevantes – subsunçores – preexistentes na estrutura cognitiva (MOREIRA, CABALLERO; RODRÍGUEZ, 2004).

O aluno da EJA chega na aula dotado de conhecimentos, obtidos em seu meio, em sua rotina, com sua família e em especial dentro da sua profissão. Consentir estes conhecimentos e causar neste aluno o benefício em aperfeiçoá-lo através da alfabetização é uma tarefa docente. Este âmbito do conhecimento prático é o ponto de partida do mundo letrado, assim sendo um grande referencial Freiriano.

Quanto a contribuição do curso de extensão ofertado pela UEPB para a formação do docente:

Professor (a) cursista A: O olhar crítico para essa modalidade de ensino; Estímulo para o professor apropriar de “novos” conhecimentos;

Professor (a) cursista B: Crescimento para minha prática pedagógica;



Professor (a) cursista C: Muitas, como acolher os alunos em sala de aula, como desenvolver as atividades;

Professor (a) cursista D: Nova experiência que estou adquirindo para transmitir para meus alunos (a) na minha caminhada;

Professor (a) cursista E: A soma das experiências adquiridas e a melhoria de como lidar no desenvolvimento das aulas ministradas;

Professor (a) cursista F: Esse curso para mim é de suma importância porque estou ampliando mais o meu conhecimento para poder melhor atuar em sala de aula;

Professor (a) cursista G: Conhecimento diante da minha prática.

Portanto, temos:

O curso de extensão ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, é o resultado da determinação constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (BRASIL, 1996, art. 43)

A Universidade Estadual da Paraíba respaldada no art. 207 da Constituição Federal de 1988, contempla o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

“A política Nacional de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), reunidas no FORPROEX, tendo como documento referencial o Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999. O Plano estabelece o seguinte.” (CORRÊA, 2007, 17). [...]

[...] Curso: “Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos”.

Disponível em (<http://www.uepb.edu.br/proex/>) Acesso em 28 de jul. de 2020.

Quanto a informação se o docente tem alguma formação específica para trabalhar na EJA:

Professor (a) cursista A: Não;

Professor (a) cursista B: Não;

Professor (a) cursista C: Não. Esse curso em extensão é o primeiro;

Professor (a) cursista D: Não, creio que vou ter futuramente...;

Professor (a) cursista E: Não, esse é a primeira experiência o curso de extensão;



Professor (a) cursista F: Não;

Professor (a) cursista G: Não.

Quanto a informação dos docentes se eles possuem vínculo de formação continuada na instituição que eles ensinam:

Professor (a) cursista A: Sim, formação realizada pela coordenadora do EJA;

Professor (a) cursista B: Não;

Professor (a) cursista C: Não;

Professor (a) cursista D: Não;

Professor (a) cursista E: Não;

Professor (a) cursista F: Não;

Professor (a) cursista G: Não.

A veracidade da educação brasileira nos faz revisar sobre a importância da formação continuada na particularidade da modalidade de Ensino a Jovens e Adultos (EJA), especialmente quando esta, não foi obtido na formação inicial.

A Formação continuada está assegurada no Artigo 62 da LDB 9394/96, em seu parágrafo 1º acrescido pela Lei nº 12.056, de 13-10-2009, que diz: “A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”.

“Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática”. (FREIRE, 1991, p. 58).

Diante dos resultados, conclui-se que o curso de extensão teve um impacto positivo a aqueles que frequentavam. Mesmo em uma educação que acontece sem os docentes desfrutarem de um curso inicial e continuado especificamente para a EJA, fazem o necessário para compreender suas ações frente aos seus alunos.

A atenção que podemos perceber no questionário é que de 7 (sete) professores cursistas, apenas o (a) *Professor (a) cursista A* tem formação continuada para EJA, evidente



também que é da zona urbana e efetivo, 2 (dois) professores cursistas acentuaram que a extensão foi o primeiro curso EJA que eles tiveram contato, deixando claro assim a repercussão da necessidade dos cursos de extensão universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação buscou mostrar a realidade dos docentes da EJA no que se refere à formação continuada nesta modalidade de ensino e o impacto do curso de extensão universitária no exercício da docência dos mesmos. Identificamos que a maioria dos professores da EJA não tiveram uma formação específica para lecionar nas turmas de suas escolas, mesmo que todos tenham concluído o magistério ou ensino superior. Conscientemente para termos qualidade na educação, precisamos recordar da função docente e da necessidade do aprimoramento de sua formação. Porém perceptível que esses professores fazem todo o possível para melhor compreender e ensinar seus alunos, mesmo não tendo essa tão necessária continuação formativa nas instituições que exercem função.

Portanto, ressaltamos a grande importância do Curso de Extensão Alfabetização e Letramento em EJA oferecido pela Pró-Reitoria de Extensão da UEPB, que por observações, ações, diálogos teve um bom êxito e pela aplicação de questionários temos essa concretização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Valdecy Margarida pelo incentivo, oportunidade e estudos acadêmicos; agradeço ao PIBIC/UEPB, pela bolsa concedida e por tornar essa pesquisa realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº. 11/2000. *Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC, maio 2000.

_____. **Resolução CNE/CP Nº01, 02/2000.**

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB Lei nº 9394/96.** Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso em 28 de jul. de 2020

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro. Paz e terra, 1983.



_____, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____, P. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GUIDELLI, Rosângela C. **A Prática Pedagógica do Professor do Ensino Básico de Jovens e Adultos: desacertos, tentativas, acertos....** São Carlos, 1996. 137 p. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos.)

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil.** IN ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz (Org.). Alfabetização de Jovens e adultos em uma perspectiva de letramento. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio. **Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** BRASIL. MEC-INEP-SEF/UNESCO. Encontro latino-americano sobre educação de jovens e adultos trabalhadores. Anais. Brasília, 1994. p. 86-108.

_____, Sérgio. DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos.** In: Revista Brasileira de Educação. n. 14. 500 anos de Educação Escolar. Rio de Janeiro: ANPEd, mai/jun/jul/ago 2000. p. 108-130.

MOREIRA, M. A., CABALLERO, C. e RODRÍGUEZ, M. L. **Aprendizaje significativo: interacción personal, progresividad y lenguaje.** Burgos, Espanha: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Burgos, 2004.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem Significativa: a teoria e textos complementares.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica.** Espaço (INES), Rio de Janeiro, v. sem., n. 16, p. 53-58, 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987.

PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos.** São Paulo: Loyola, v. 1.368, 1973.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998, 12.

SOARES, L. **As especificidades na formação do educador de jovens e adultos: um estudo sobre propostas de EJA.** Educ. rev. [online]. 2011, v.27, n.2, p. 315.